



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Direito

Mayã do Santos Barboteo Pinto

O Amigo da Corte:

O Amicus Curiae dentro do Direito Brasileiro

Brasília

2018

Mayã dos Santos Barboteo Pinto

**O Amigo da corte:
Um olhar sobre a evolução do *Amicus Curiae* no Sistema Jurídico
Brasileiro**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de
Direito da Universidade de
Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Marques de Moraes

Brasília

2018

Mayã dos Santos Barboteo Pinto

O Amigo da corte:

**Um olhar sobre a evolução do *Amicus Curiae* no Sistema Jurídico
Brasileiro**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de
Direito da Universidade de
Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Marques de Moraes

Apresentado em 03 de julho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Daniela Marques de Moraes

Professor Dr. Isaac Costa Reis

Raianne Liberal Coutinho

Rafael Espindula Andrade

Brasília

2018

Agradecimentos

Quando eu comecei a minha jornada na faculdade não sabia que nela eu encontraria a minha kryptonita e meu sol amarelo em uma coisa só, e escrever essa monografia foi a minha batalha final.

Foram as escolhas que eu fiz que me trouxeram aqui, por mais que eu tenha me machucado, por mais que eu consiga ver cada um dos meus erros... Hoje, eu tenho certeza que eu não mudaria nada. E nesses quase sete anos que eu levei para chegar nesse momento eu vejo que eu sou apenas o resultado das pessoas ao meu redor.

Eu sou a fé e a força da minha mãe, que nunca me abandonou, que nunca me deixou para trás mesmo quando tentei desistir de tudo. Sou o foco e a paciência do meu pai, que me mostrou que dominar meus medos não só era possível, mas estava ao meu alcance. Eu sou o carinho e a persistência da minha irmã, que me trouxe as palavras mais duras do modo mais doce, e que nunca me deixou abdicar da minha felicidade.

Eu me tornei a confiança que a Anne me deu e todo orgulho da minha nerdisse que o Alexandre dividiu comigo. Eu descobri um talento escondido por minhas meninas de Natal estavam aqui para me ouvir, e me apoiarem quando eu disse que queria escrever. Bruna, Gaby, Bianca e Dalay, o meu vagalume brilha porque vocês estão aqui para ver.

Eu sou todos os filmes e séries e músicas que a Nilda me mostrou, todas as conversas psicológicas e iluminadas no carro do Rafa, todas as horas e mais horas de papos sobre Harry Potter, Pokémon e Hope com o Artur e tantos poemas e histórias e tantas verdades que eu escrevi e reescrevi com a Rai, a minha eterna revisora.

Antes de terminar eu preciso dar um espaço para reconhecer a importância da minha orientadora, a Professora Daniela... Ou a Dani, que é como eu a chamo. Que me deu espaço e apoio, que nunca me pressionou e acreditou no meu trabalho, que sempre soube lidar comigo, me oferecendo ajuda e um sorriso.

Não existe maneira de expressar o meu medo do futuro, essa coisa estranha e crescente dentro de mim, mas eu sei que eu não estou sozinha, e nunca vou estar, porque quem sobreviveu a Mayã do Direto e a Mayã Monografia... Não vai me abandonar agora.

Chegou a hora de aposentar a camisa da sorte...

*Para aquela que achou que não podia
Que caiu e pensou em não mais levantar
Para ela que continuou mesmo fraca
Sem nada para acreditar
Para ela que terminou
Mesmo depois de se machucar.*

“O medo atribui a pequenas coisas grandes sombras.” – **Provérbio Sueco.**

“Aqueles que não aprendem com o passado estão condenados a repeti-lo.” – **Stephen King.**

Resumo

O processo jurídico que em seu cerne existe para resolver conflitos, atualmente vem provendo uma oportunidade democrática única. Com o advento do novo Código de Processo Civil uma figura faz-se presente de forma única e extraordinária. O *Amicus Curie*, um terceiro que atua no processo para que a decisão tomada seja a mais justa possível sem privilegiar nenhuma das partes, agora está expressamente legitimado dentro do sistema jurídico pátrio. Embora o vocábulo latino tenha surgido em tempos recentes, sua atuação está presente dentro do Direito há décadas. As diferenças e repercussões que essa decisão trouxe são inúmeras e por isso merecem ser discutidas. Observar então o trajeto que esta figura fez desde sua origem até o Código de 2015 é um excelente início para uma compreensão desta figura e sua importância social.

Palavras-chave: *Amicus Curiae*; Novo Código de Processo Civil; Democracia Representativa; Amigo da Corte.

Abstract

The legal process at its core exists to resolve conflicts, however currently it has providing a unique democratic opportunity. With the advent of the new Brazilian Code of Civil Procedure a figure is present in a unique and extraordinary way. The Amicus Curie, a third party who acts in the process helping the judge so the decision made is as fair as possible without privileging any of the parties, is now expressly legitimized within the legal system of the country. Although the Latin word has arisen in recent times, its performance has been present within the Brazilian Law for decades. The differences and repercussions that this decision has brought are numerous and therefore deserve to be discussed. To observe then the path that this figure made from its origin until the Code of 2015 is an excellent beginning for understand this figure and its social importance.

Keywords: *Amicus Curiae*; New Brazilian Code of Civil Procedure; Representative Democracy; Friend of the Court.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1: Quem é o <i>Amicus Curiae</i> ?	12
Capítulo 2: O <i>Amicus Curiae</i> no Brasil antes do Código de 2015.	24
Capítulo 3: A (R)Evolução do <i>Amicus Curiae</i> com a Lei 13.105 de 2015.....	36
Conclusão:	45
Referencias Bibliográficas.	48

Introdução

No ano de 2015 fora sancionado um novo e importante diploma legal, um novo Código de Processo Civil. O texto legal estava em desenvolvimento desde 2009, e embora haja muitos pontos a serem analisados, um deles deve ser visto como um marco para o Direito Brasileiro. A nova legislação reconheceu de vez e de fato o *Amicus Curiae* como modalidade de intervenção única.

Ainda que o novo Código tenha apenas positivado expressamente o nome desta curiosa figura processual, sua presença era conhecida e notada dentro da nossa legislação desde 1976. Cumprindo uma função protetora de interesses institucionais e não de pessoas o *Amicus Curiae* estava no controle de constitucionalidade, na Lei do CADE, na Lei da CVM, onde atua como portador da voz destes interesses, por esta razão o simples fato de existir uma regra que legitime esta figura é o suficiente para que seja dedicada um pouco mais de atenção a perspectiva jurídica que se forma no Brasil.

O objetivo deste estudo é, portanto uma observância sobre esta complexa figura processual que há tempos está tomando destaque dentro do sistema jurídico pátrio, traçando sua evolução desde suas origens estrangeiras até o novo diploma brasileiro. Compreender os passos feitos por esta figura ajuda a visualizar não somente o desenvolvimento quanto a participação do terceiro dentro do processo, como também o constante desenvolvimento da ciência do direito e seu impacto na sociedade.

Seguindo os passos dos grandes mestres processualistas, este trabalho apoiar-se-á em diversos artigos, livros e estudos sobre o assunto para que possa ser estabelecido assim um panorama sobre este extraordinário terceiro. Por ser uma figura que sempre causou dissenso entre os doutrinadores os estudos desta figuram datam mais de duas décadas, o que só amplia o escopo de matéria prima usada para este estudo que fora feito.

O *Amicus Curiae* representa um importante tema dentro da ciência jurídica, e tem de ser tratado como tal. O avanço e aperfeiçoamento deste instituto é apenas uma forma de demonstrar o quão adaptável o Direito pode e deve ser. Expõe a força que a democracia pode alcançar se quando se dá voz aos representantes sociais, e principalmente, o que pode se ganhar quando a sociedade e o Poder Judiciário estão em harmonia.

Nas palavras de Larissa Clare Pochmann da Silva

[...] a atuação do *amicus curiae* é um importante marco na democracia deliberativa, permitindo que sejam manifestadas as opiniões de diversos grupos sociais interessados quando a questão extrapola o âmbito jurídico. (SILVA, 2012)¹

Este estudo está estabelecido em uma fundação de três capítulos. O primeiro “Quem é o *Amicus Curiae*?” estabelece uma base para nosso entendimento da matéria, compreendendo o sistema de colaboração proposto pelo legislador dentro no novo Código processual, a confusa origem da figura do *Amicus Curiae* e o que o trouxe ao Brasil.

O segundo capítulo deste trabalho, “O *Amicus Curiae* no Brasil antes de 2015” explora os diversos diplomas legais que se utilizaram da atuação do amigo da corte sem empregar o vocábulo. Também faz a diferenciação entre outras figuras importantes dentro do processo e o *Amicus Curiae*.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, “A (R)Evolução do *Amicus Curiae* com a Lei 13.105 de 2015” trata do artigo que abriga o *Amicus Curiae* dentro do novo Código de Processo Civil, as características específicas dessa positivação e as importantes implicações democráticas que esta decisão legislativa teve.

A discussão sobre este curioso instituto não estará nunca terminada, não importa o tamanho do passo que o legislador tome com este mesmo fim. Com a decisão de incluir de forma expressa o *Amicus Curiae* dentro do processo civil brasileiro, muitas perguntas foram respondidas, mas muitas outras surgiram e com toda certeza, muitas outras ainda surgirão.

¹ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. O *amicus curiae* no (novo) processo civil brasileiro. Revista Direito & Diversidade. Rio de Janeiro: FACHA, v. 1, 2012, p. 6-14. Disponível em <http://www.facha.edu.br/pdf/revista-direito-1/direito1_ARTIGO1.pdf>

Capítulo 1: Quem é o *Amicus Curiae*?

Amicus Curiae, ou, como seria traduzido do latim, o “Amigo da Corte” é uma figura única dentro do sistema jurídico. Trata-se de um terceiro que se posiciona dentro do processo, mas não é parte, tampouco manifesta interesse direto na causa, e sim da repercussão da resolução. Tem o singular dever de trazer novas e relevantes informações para o juízo, a fim de proporcionar uma decisão mais justa e legitimada, que esteja em congruência com a sociedade em que o litígio está envolvido, podendo atuar por convocação ou de forma voluntária.²

De forma geral este instituto carrega consigo uma série de perguntas sobre sua mera existência, especialmente com o advento do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), onde fora transformado, de uma figura solidificada na jurisprudência e em leis esparsas, para uma opção viável e sistematizada na intervenção de terceiros.

Primeiramente, antes de analisar os aspectos do *Amicus Curiae* dentro do ordenamento jurídico pátrio, faz-se necessário compreender o contexto em que se encaixa, assim como sua origem, afinal só compreendemos o presente quando observamos o passado.

Das muitas novidades que foram introduzidas no novo código de processo civil sancionado no ano de 2015, uma que deve ser observada com atenção é a mudança prismática no que se entende pelo delicado equilíbrio entre os diversos agentes atuantes dentro do processo. Com a chegada da nova codificação processual encontramos-nos frente a ideia do processo colaborativo.

A colaboração como expressa pelo legislador está aqui para demonstrar à preocupação crescente com a verdade; uma preocupação de proteger o processo civil da má-fé e da mentira. Esta afirmação está expressa no artigo 6º do Novo Código de Processo Civil de 2015; que dita:

² DIDIER JÚNIOR, Fredie. Possibilidade de Sustentação Oral do Amicus Curiae. Revista Dialética de Direito Processual 8:2003.

Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.³

Antes que possa se existir qualquer equivoco no entendimento do teor do artigo, é de suma importância frisar que a colaboração que fora expressa pelo legislador não se refere à colaboração entre as partes.⁴

As partes estão em conflito e, portanto seria pouco razoável esperar uma cooperação entre elas para chegar ao um fim comum. O que realmente está sendo observado nesse novo cenário processual é a existência de uma relação de apoio e comunidade entre o juiz e as partes⁵

Embora tenha sido esclarecido que não estamos falando de uma utopia jurídica em que não existe discórdia entre as partes de modo que o processo seguiria de forma simples e calma, a interpretação deste texto legal ainda causa certa dissonância entre diversos juristas, afinal o verbete legal está nos indicando um mero princípio ou um dever? Adentramos então a opinião de renomados juristas para buscar desvendar os mistérios deste labirinto legislativo.

Dentro da visão de Cassio Scarpinella Bueno (2016), ainda que se utilizasse do vocábulo “devem” o artigo tem em seu intuito expressar um princípio que estabelecerá um modelo processual. Modelo este que se assemelha com o modelo constitucional em todos os participantes fazem-se necessários e ativos a fim de alcançar uma tutela jurisdicional efetiva.⁶

José Miguel Garcia Medina (2015) trata da colaboração no processo civil em sua obra, em parte intitulada “Princípios do Direito Processual Moderno” as conclusões que se chega após a leitura da obra é que existe sim um dever legal em respeitar a cooperação gerada nesta nova codificação. No entanto, é de suma importância ressaltar que o autor claramente expressa esse dever como algo intersubjetivo que geraria um maior respeito entre as partes para com o órgão judicial e vice e versa.⁷

³ BRASIL, LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília,DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em Maio de 2018.

⁴ MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sergio Cruz, MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil Comentado** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p-100.

⁵Idem. Ibidem. p. 100-102.

⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei nº 13.256, de 4-2-2016. 2ed.** Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.p.95.

⁷ MEDINA, José Miguel Garcia. **Manual de direito processual civil moderno**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.p.124-125.

Eduardo Talamini (2015) deixa clara sua posição quanto a interpretação do art 6º, ressaltando que não se trata apenas de um dever, mas cerne fundamental deste Novo Código de Processo Civil; este núcleo seria formado por todos os princípios e garantias legais que protegem as relações processuais e o próprio processo em si.⁸

Em uma visão mais complexa, Fredie Didier Jr (2015) nos apresenta a um conceito que descreve a colaboração processual como a união do Princípio da Boa-fé e o Princípio do Contraditório. Neste caso o respeito entre as partes e o órgão judicial nada mais seria que a concretização tátil destes princípios em ação⁹.

O último autor cuja interpretação nos é relevante é o autor Luiz Guilherme Marinoni, que, de forma audaciosa, oferece a colaboração como modelo e como princípio.¹⁰

Como princípio, a colaboração vem com a finalidade maior de criar um diálogo organizacional entre parte e juízo, formando assim um ambiente equilibrado para que as decisões sejam formadas de forma justa e verdadeira.¹¹

Como modelo, a colaboração expressa no art. 6º do Código de Processo Civil coloca em primeiro plano a própria ideia do processo, utilizando-se assim das ações procedimentais para que seja organizado um universo de paridade e proporcionalidade entre as partes litigantes.¹²

Desta forma o juiz tem o dever de se manifestar sempre que necessário e possível para que seja criado um ambiente fértil e equilibrado entre as partes. Isso significa que o juiz tem como dever esclarecer toda e qualquer dúvida que as partes venham a ter, observar e indicar as partes sobre a tomada de escolhas equivocadas do ponto de vista processual, superar qualquer desafio que impeça o exercício pleno de seus direitos e obviamente, estar sempre pronto a dialogar com as partes de modo a existir um amplo conhecimento de fatos. Destaca-

⁸ TALAMINI, Eduardo. **Cooperação no Novo CPC (primeira parte): os deveres do juiz**. Disponível em: <[http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI226236,41046-](http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI226236,41046-Cooperacao+no+novo+CPC+primeira+parte+os+deveres+do+juiz)

Cooperacao+no+novo+CPC+primeira+parte+os+deveres+do+juiz> . Acesso em Maio 2018

⁹ DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento I**. 17. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.p.124-125.

¹⁰ MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sergio Cruz, MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015 p.100-103.

¹¹ Idem. Ibidem. p. 35-36.

¹² Idem. Ibidem. p. 100-103.

se que autor e réu devem ter oportunidade de influenciar a decisão final com todos os argumentos que lhes estiverem disponíveis.¹³

Vale observar a curiosa e importante posição que o juiz assume, sendo ele colocado em uma posição de completa imparcialidade quando se trata de criar uma base de dialogo e isonomia entre as partes e precisando pensar assimetricamente apenas quando for tomar sua decisão.¹⁴

Existe, portanto uma congruência no entendimento deste estudo e do que é exposto por Luiz Guilherme Marinoni, em que ambos percebem que não há razoabilidade em separar o princípio e o dever no tocante do artigo. Trata-se de um princípio por estar norteando o caminho que o processo moderno deverá seguir, e por sua importância, a comunidade jurídica deve obedecê-lo como dever.

A colaboração processual mostra uma pretensão para com a busca de um processo jurídico mais eficiente e livre das armadilhas da má-fé e das mentiras que podem comprometer a resolução do litígio. Essa busca deve estar no cerne da razão de todos os diversos agentes envolvidos no processo. Isso significa que qualquer intervenção feita por terceiros¹⁵ passa a ter um papel muito positivo dentro deste novo panorama.

Em contraste com o que era exposto no diploma de 1973, que situava as diferentes espécies de intervenções de terceiro somente no segmento direcionado aos ritos ordinários, na fase do processo de conhecimento, o Novo Código de Processo Civil traz o dispositivo sobre intervenção de terceiros em sua parte geral. Isso nos leva à óbvia conclusão que, durante a elaboração desta nova lei, o legislador decidiu que a intervenção de terceiros seria aplicável a todas as fases do processo, seja ela qual for.¹⁶

Essa mudança de paradigma vem com a finalidade maior de descomplicar e beneficiar o árduo trabalho e a rotina dos diversos atores do Direito. Com isso aumenta-se o acesso a

¹³ Idem. Ibidem. p. 100-103.

¹⁴ Idem. Ibidem. p. 100-103.

¹⁵ A intervenção de terceiros é um instituto processual que concede legalmente acesso à relação processual por pessoas que não as próprias partes que possuam interesse juridicamente relevante no resultado do litígio. A intervenção do terceiro tem como objetivo principal ser um auxílio a mais tanto para os orientadores de direito, quanto para as pessoas que buscam proteger direitos sociais e até mesmo direitos próprios. Para mais informações: TARTUCE, Fernanda – *Resumão Jurídico – Novo CPC*. 1 ed. 4ª Tiragem. São Paulo: Barros Fischer e Associados, Novembro de 2015.

¹⁶ TARTUCE, Fernanda – *Resumão Jurídico – Novo CPC*. 1 ed. 4ª Tiragem. São Paulo: Barros Fischer e Associados, Novembro de 2015

informações relevantes ao processo que se discute, criando-se assim um quadro claro sobre os diferentes fatos relevantes e também uma visão do momento em que a sociedade, dando ao órgão jurídico uma possibilidade de tomar uma decisão que seja mais adequada.

O Código de 2015 fez também modificações sobre as modalidades da intervenção de terceiros. A oposição, por exemplo, passou de uma modalidade de intervenção de terceiro a um procedimento especial e separado, disciplinado nos arts. 682 e seguintes¹⁷. Da mesma forma a nomeação a autoria, previamente uma intervenção de terceiros, agora se encontra junto com os artigos que delimitam a contestação do réu, obrigando-o a indicar o real sujeito passivo da causa, se possuir este conhecimento, se tiver sido alegada ilegitimidade sob pena de arcar com as despesas processuais e indenizar o autor.¹⁸

Além da transformação das modalidades supracitadas, houve também a introdução do instituto do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, que entra em consonância com o que já está explícito no Código de Defesa do Consumidor¹⁹, sendo uma

¹⁷CAPÍTULO VIII.
DA OPOSIÇÃO.

Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Art. 683. O oponente deduzirá o pedido em observação aos requisitos exigidos para propositura da ação.

Parágrafo único. Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa de seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Art. 684. Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o oponente.

Art. 685. Admitido o processamento, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

Parágrafo único. Se a oposição for proposta após o início da audiência de instrução, o juiz suspenderá o curso do processo ao fim da produção das provas, salvo se concluir que a unidade da instrução atende melhor ao princípio da duração razoável do processo.

Art. 686. Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar.

BRASIL, LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm > Acesso em Maio de 2018.

¹⁸ Art. 339. Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

§ 1º O autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 15 (quinze) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu, observando-se, ainda, o parágrafo único do art. 338.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, o autor pode optar por alterar a petição inicial para incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.

BRASIL, LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm > Acesso em Maio de 2018.

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos

modalidade interventiva de maior impacto as diversas áreas do direito comercial e empresarial.

Finalmente, e uma das mais interessantes modificações trazidas por esta nova codificação foi a arrojada decisão de positivizar o instituto do *Amicus Curiae* dentro do processo civil como um todo.

Amicus Curiae é uma figura que vem apresentar argumentos que auxiliam no convencimento do juiz e, geralmente, está associada a um interesse no resultado da causa e não com qualquer uma das partes em particular. É um instituto que tem uma história longa que reflete em suas atuais características.

Existe certa discussão quanto a real origem de tal curiosa figura, embora seja mais amplamente aceita a ideia que este instituto interventivo tenha se originado no Direito Medieval Inglês, ainda existem afirmações sobre a aurora do *Amicus Curiae* ter se dado no Direito Romano.

Com a finalidade de tomar a decisão mais justa e a fim de completar seu conhecimento técnico ou jurídico, o juiz romano tinha a possibilidade de convocar o *Consiliarius*, um órgão que cumpria esta função²⁰.

O *Consiliarius*, ou *Iuris Peritus* caso estivesse atuando individualmente, atuava apenas quando fosse convocado, e observava o processo de forma neutra e prática, guiado apenas por seu próprio conhecimento e pelo convencimento advindo do processo em si.²¹

estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 1º (Vetado).

§ 2º As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 3º As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 4º As sociedades coligadas só responderão por culpa.

§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

BRASIL, LEI Nº 8.708, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, DF, mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18078.htm>

²⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p.88 e SILVESTRI, Elisabetta. *L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati*. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano, anno LI, n. 1, p. 679-680, mar. 1997.

Que o *Amicus Curiae* seja um resultado direto do Direito Romano não é conceito aceito por todos os estudiosos. Giovanni Criscuoli acredita que existe uma relação de derivação apenas, especialmente porque as características essenciais do *Consiliarius* e do *Amicus Curiae* são diferentes.²²

Uma das maiores diferenças entre ambos é como se inicia a intervenção de ambos no processo. Enquanto o *Amicus Curiae* tem autonomia de voluntaria-se ou ser convocado, o *Consiliarius* apenas atua caso seja provocado pelo juiz. Outra importante diferença é quanto à posição que a figura tem quanto o processo, a figura romana não tinha qualquer relação com a causa, mantendo-se, portanto neutro. Por outro lado, o *Amicus Curiae* como o conhecemos hoje em dia, tem interesse no resultado final da ação judicial, então vai existir uma inclinação favorável a decisão buscada por uma das partes.²³

É difícil negar completamente a influência do *Consiliarius* romano na evolução da formação do instituto do *Amicus Curiae*, mas a relação de ambos é de longínqua ancestralidade e não de parentesco próximo.

Onde a figura do *Amicus Curiae* nasce e se desenvolve em sua primeira infância, a ordenação da figura e a criação da estrutura própria da mesma, se deu de fato, no Direito Inglês. Sob a influência do sistema jurídico britânico o *Amicus Curiae* se torna um auxiliar do juiz sempre que não existam interesses governamentais na causa sistematizando e atualizando o juiz em repercussões de processos e leis que a autoridade possa não ter conhecimento. Os juízes e tribunais então eram os órgãos que possuíam competência e liberdade necessária para aceitar e convocar a participação do *Amicus Curiae*, conseqüentemente, sendo o órgão judicial capaz de delimitar sua concreta atuação dentro dos processos.²⁴

²¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p.88 e CRISCUOLI, Giovanni. “**Amicus Curiae**”. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano anoXXVII, n.1. Milano: Griuffré, 1973,p.187-216

²²Idem. Ibidem. p. 187-216.

²³ Idem. Ibidem. p. 187-216.

²⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p 90 - 91;SILVESTRI, Elisabetta. L’amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano, anno LI, n. 1, p. 679-680, mar. 1997 e SORENSON, Nancy Bage. “The ethical implications of amicus briefs: a proposal for reforming Rule 11 of the texas rules of appellate procedure” *St Mary’s Law Journal* V.30, 1999, p. 1219 – 1277 (30 St Mary’s L.J. 1219)

Cassio Scarpinella Bueno, em sua prima obra “Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um Terceiro Enigmático”, afirma o seguinte sobre este novo prisma que florescia a figura do *Amicus Curiae*:

É comum falar que uma das primeiras funções desempenhadas pelo *amicus curiae* era a de ‘*shepardizing*’. Essa palavra, empregada até hoje, significa a função de identificar os precedentes de cada caso, sua *ratio decidendi* e sua evolução. (Bueno, 2008.)²⁵

Assumindo o entendimento que no direito inglês, e no sistema do Common law como um todo, prevalece a máxima que as partes têm a liberdade para conduzir o processo de acordo com as suas estratégias e vontades, da forma que melhor lhes convém, pensar que o *Amicus Curiae* é um ator jurídico tão importante é, no mínimo, paradoxal.²⁶

Cassio Scarpinella Bueno consegue desvencilhar as ideias paradoxais com uma explicação admirável:

[...] a participação do Amicus passou a ser cada vez mais justificada precisamente por ser um estranho (um terceiro) ao litígio, mas não obstante essa qualidade, um estranho com condições efetivas de auxiliar a corte na solução de determinadas questões que transcendiam seu conhecimento. (Bueno, 2008, p.92)

Atualmente o Direito Inglês usufruiu da figura do Amicus Curiae e sua intervenção, quando a corte precisa de esclarecimentos sobre algum ponto específico, ou em casos que o *Attorney General*²⁷ atua em juízo pelos interesses públicos ou pela Coroa.²⁸

²⁵ O autor também indicia a leitura de duas outras obras, caso o leitor queira aprofundar-se nesta específica função do *amicus curiae*. Samuel Kristolov, “*The amicus curiae brief: from friendship to advocacy*”, p.695 e Michael K. Lowman, “*The litigating amicus curiae : When does the party begins after the friends leave?*” p.1248

²⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.p 90 - 91

²⁷ Figura do Direito Inglês análoga ao Procurador Geral do sistema brasileiro.

²⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.p 90 - 91; SILVESTRI, Elisabetta. *L’amicus curiae: uno strumento*

O desenvolvimento do instituto do *Amicus Curiae* em terras bretãs foi determinante para que se formassem os primeiros contornos desta curiosa figura jurídica, no entanto sua forma foi se definindo, e ganhando corpo quando atravessa o Atlântico e chega em solo norte-americano.

Enquanto o *Amicus Curiae* britânico tinha como objetivo o suporte aos direitos privados, sua versão norte americana nasce como uma forma de auxiliar a tutela dos interesses públicos, aparecendo proeminentemente em casos em que o interesse público estava em risco frente ao interesse particular ou quando questões de alta complexidade sobre o federalismo surgia em casos privados.

O que move a atuação do *amicus curiae*, em primeiro momento, nos Estados Unidos da América, é a legitimidade de proteger os interesses públicos. No entanto não é assim que ele permanece.

No início do século XX houve uma mudança paradigmática no sistema jurídico norte-americano, nesse período, cortes e tribunais, começaram a consentir a intervenção dos chamados *Amicis Curiae* ²⁹ particulares, que visavam defender interesses particulares também. Importante ressaltar que a atuação de particulares não impedia a atuação de *amici curiae* na tutela de interesses públicos. ³⁰

Em uma tentativa de organizar e limitar a atuação privada do amigo da corte fora criada a regra 27(9) que exigia a aprovação das partes para que a intervenção fosse aceita em corte. Isso não significa dizer que o *Amicus Curiae* estaria isento da aprovação do órgão jurisdicional, pelo contrário, era mais um consentimento que seria necessário para sua atuação. Importante destacar que o *Amicus Curiae* público, do modelo anterior, não precisava da autorização das partes. ³¹

per la tutela degli interessi non rappresentati. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano, anno LI, n. 1, p. 679-680, mar. 1997

³⁰BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p 90 - 91; SILVESTRI, Elisabetta. L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano, anno LI, n. 1, p. 679-680, mar. 1997

³¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p 93-95 e Nancy Bage. "The ethical implications of amicus briefs: a proposal for reforming Rule 11 of the texas rules of appellate procedure" *St Mary's Law Journal* V.30, 1999, p. 1219 – 1277 (30 St Mary's L.J. 1219)

As distinções entre os *amici curiae* privado e os *amicis curiae* públicos não estavam só na aceitação das partes, enquanto os *amici* privados estão presentes em corte para proteger interesses próprios e claramente favorável a um dos lados do litígio e portanto, sua atuação deve ser mais tênue, os *amici* públicos, os *amici* governamentais, têm uma atuação focada na tutela de interesses estatais de forma direta e nos interesses da sociedade de forma indireta mantendo certa neutralidade em seu posicionamento.

Existe um claro distanciamento entre a característica central do *Amicus Curiae* inglês, a neutralidade, e a parcialidade da intervenção do *Amicus Curiae* privado americano que o fez mais popular dentro das cortes estadunidenses.³²

Este exponencial crescimento interventivo, com clara parcialidade, foi razão da modificação do regramento feito pela Suprema Corte americana quanto o *amicus curiae*. Essas mudanças fortaleceram sua função em corte, sendo o *amicus curiae* responsável por apontar ao juiz aqueles argumentos e fundamentos que tem relevância para o caso, e ainda não havia sido apresentado a corte.

Cassio Scarpinella Bueno expõe pontos de suma importância de tal regra:

[...]Também que a petição apresentada pelo *amicus curiae*, além de outras exigências formais (ela não deve ultrapassar 5 páginas, por exemplo), será aceita quando acompanhada do consentimento por escrito das partes quanto à intervenção ou quando for requerida pelo próprio tribunal. Este, de qualquer sorte, poderá apreciar também a possibilidade de atuação do *amicus curiae* mesmo sem o prévio consentimento dos litigantes, hipótese em que o *amicus* deverá declinar o interesse que justifica sua intervenção. Há um prazo para manifestações do *amicus*, que deve observar, de certa forma, o mesmo reservado para as partes se contraporem aos argumentos e manifestações da parte contrária. As pessoas públicas podem atuar como *amici curiae* independentemente de prévio consentimento das partes ou de determinação judicial. Por fim, os *amici* privados deverão indicar se o advogado de uma das partes ou outrem redigiu a petição e em que proporção, além de indicar toda pessoa ou entidade, que não o próprio *amicus*, seus membros ou o seu advogado, que, de alguma forma, contribuíram economicamente para a preparação de sua manifestação. Essas informações deverão ser inseridas na primeira

³² BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p 98-100.

nota de rodapé da primeira página da manifestação. (BUENO, 2008, p.101)

Observa-se que fora em terras norte americanas que o *Amicus Curiae* ganhou destaque dentro dos sistemas jurídicos, em um estudo realizado pelo doutrinador Cassio Scarpinella Bueno, durante as décadas de 1970 a 1990, dos casos não comerciais em pendência de julgamento pela Suprema Corte americana, a atuação de *Amicis Curiae* cresceu de 53% para 95%.³³

Ainda que o *Amicus Curiae* tenha nascido no tradicional berço do *Common Law*, a fim de completar uma lacuna de seu próprio sistema, sua funcionalidade foi tanta que o sistema de *Civil Law* tomou a essência deste instituto para si. Obviamente algumas modificações foram feitas, mas de forma geral, o *Civil Law* também adotou esta curiosa figura processual.

Dentro do direito francês, por exemplo, ainda que não exista explicitamente a figura do *Amicus Curiae* em suas leis, é possível perceber que nos recentes anos vem sendo admitidas intervenções processuais que não se encaixam nos parâmetros de perito ou testemunha³⁴.

A função que o amigo da corte está exercendo em solo francês remete a sua origem de auxiliar do juiz trazendo à tona informações pertinentes ao caso que não foram trazidas à luz até então. Existe certa semelhança entre a atuação do *amicus curiae* e do perito, no entanto é preciso deixar claro que o amigo da corte é tratado com uma maior informalidade.³⁵

Cassio Scarpinella Bueno, referenciando Elisabetta Silvestri, aponta que a importância do *Amicus Curiae* está em trazer novas informações ao tribunal, fatos, apontamentos doutrinários e/ou notícias que poderiam ter escapado os argumentos e estratégias utilizadas pelas das partes. É claro que muitas vezes o que é providenciado pelas partes já é suficiente

³³ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p 107

³⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 208.p 110- 115;SILVESTRI, Elisabetta. **L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati**. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano, anno LI, n. 1, p. 679-680, mar. 1997

³⁵ Idem. Ibidem. p. 679-680.

para que a decisão tomada seja justa, mas com acesso a maiores conhecimentos a balança da justiça pode estar mais bem regulando quando for fazer sua medição final.³⁶

Não só dentro de Direito Francês é que se percebe um crescimento quanto ao uso da atuação do *amicus curiae*, o Direito Italiano vem, aos poucos e lentamente, aceitando a figura dentro de seu sistema, assim como o Direito Argentino, citando apenas alguns. O que isso significa é que o instituto *do Amicus Curiae* não só é compatível com os sistemas de Civil Law, também como faz um trabalho ímpar dentro do processo.³⁷

Sendo assim, não é nada surpreendente que este tão singular terceiro tenha sido incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro. O *Amicus Curiae* desbravou um longo caminho até chegar a terras brasileiras. Sua evolução consegue demonstrar a evolução do pensamento jurídico como um todo.

Uma vez que tenha sido examinada a trajetória deste terceiro singular em terras internacionais, e observado seu desenvolvimento estrangeiro, é necessário então voltarmos-nos ao nosso próprio ordenamento jurídico, encontrando as atuações do *Amicus Curiae* brasileiro.

³⁶ Idem. Ibidem. p. 679-680.

³⁷ Idem. Ibidem. p. 679-680.

Capítulo 2: O *Amicus Curiae* no Brasil antes do Código de 2015.

Até o ano de 2015, dentro do sistema jurídico brasileiro, não tinha nenhuma referência ao instituto do *Amicus Curiae*, ao menos, não com esse nome.

Dentro do positivismo do Direito brasileiro só existia uma única referência expressa ao *Amicus Curiae*: o art. 23, § 1º, da Resolução nº 90/2004 do Conselho da Justiça Federal, sendo este dispositivo modificada em 2008 onde o vocábulo latino não volta a aparecer até a chegada do art. 138 do novo Código de Processo Civil, sete anos depois.³⁸

Estaria enganado, no entanto, quem acreditasse que pela falta do termo *Amicus Curiae* a figura, em si, não esteve presente no ordenamento pátrio até o advento do novo Código. Desde 1976 que é possível encontrar o amigo da corte atuando em terras brasileiras.

Dentro de nossa doutrina, não existia nenhuma forma de consenso quanto à forma de atuação do *Amicus Curiae* dentro do processo civil brasileiro, como bem pontua Cassio Scarpinella Bueno. Mesmo assim o autor destaca que, ainda que os doutrinadores denominem de forma diferente, é possível concordar que o amigo da corte tem uma característica fundamental, ainda que não exclusiva, que o separa das outras figuras que eram apresentadas como intervenção de terceiros.

Diferentemente de outras formas de intervenção de terceiros, o *Amicus Curiae* não possui interesse jurídico, em seu sentido mais explícito, na matéria discutida no processo. O que significa que dentro da relação processual entre duas ou mais partes, o que não importa para o *Amicus Curiae* não é qual decisão será tomada, e sim a repercussão que tal decisão carregará.³⁹

As palavras de Antônio do Passos Cabral auxiliam no entendimento do assunto:

O fundamento do instituto, portanto, é o permissivo de manifestação de terceiros quando o caso puder afetar toda a sociedade, mesmo em

³⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. **Quatro perguntas e quatro respostas sobre o amicus curiae**. Revista da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, v. 2, n. 5, p. 132-138, abr. 2008.

³⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.p.125-129.

processos cuja demanda seja limitada individualmente, permitindo-se que sejam trazidos ao processo elementos que sejam relevantes para a cognição do órgão julgador. (CABRAL, 2003)

De forma generalizada, os doutrinadores classificavam a forma de atuação do *Amicus Curiae* como uma forma anômala ou *sui generes* de intervenção de terceiro. As atividades que por ele eram desenvolvidas assemelhavam-se ao que era feito pelos peritos e pelo Ministério Público em seu papel de Fiscal da Ordem Jurídica. Frente a isso, surge o questionamento: Se as atuações eram parecidas, por que manter ambas as figuras?⁴⁰

O perito, no sistema jurídico brasileiro, é o portador de informações técnicas não jurídicas essenciais para a formação da cognição do juiz, servindo como instrumentos de prova, e, pois, de averiguação do substrato fático.⁴¹

A função exercida pelo *Amicus Curiae* é um fator fomentador de elementos, informações e iniciativas para um pronunciamento de uma *melhor* decisão. A falta de sua participação não causaria qualquer impedimento ao juiz no momento de proferir a sentença, mas certamente o faria com qualidade inferior.⁴²

Por outro lado *Amici Curiae* não estão sujeitos às regras às quais se submetem os peritos: não têm direito a honorários profissionais, e não têm prazo para entrega de sua conclusão e não se declaram suspeitos ou impedidos.⁴³

Sua imparcialidade é derivada do sistema jurisdicional, não de artigos específicos de lei, ao contrário do que nosso sistema tem em relação aos peritos. As alegações por ele expostas, serão tanto mais admissíveis e, conseqüentemente, levadas em conta pelo magistrado na proporção em que ele, o *Amicus Curiae*, mostrar-se confiável, idôneo, imparcial, neutro e respeitado em seu específico ramo de atividades.⁴⁴

⁴⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.p.379.

⁴¹ Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴² Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴⁴ Idem. Ibidem. p. 436-438.

Ainda que atue na maioria das vezes de forma análoga ao perito, *Amicus Curiae* não está em corte como a prova nem como portador da prova, apenas como a razão de ser daquela determinada informação dentro da corte.⁴⁵

A diferença entre estes dois institutos processuais pode ser traçada desde a origem de ambos. Em sua forma mais tradicional (o que exclui a atuação brasileira do *Amicus Curiae*) o amigo da corte era o portador de informação não jurídica para a autoridade julgadora. Dentro do Sistema Jurídico Brasileiro, acostumou-se a ideia de que informações técnicas e essenciais sejam levadas ao magistrado por intermédio de uma modalidade de prova, a prova pericial, por um sujeito específico: O perito.⁴⁶

Do mesmo modo, as diferenças entre o *Amicus Curiae* e a função do Ministério Público como Fiscal da Ordem Jurídica podem ser nomeadas, em aspectos gerais, quanto à obrigatoriedade da intervenção, os direitos em que reside o interesse e a qualidade da atuação de fiscal da lei.⁴⁷ Enquanto o Ministério Público tem sua área de atuação prescrita em lei, determinando quando ele deve agir, o *Amicus Curiae*, em regra, poderia agir de forma facultativa.⁴⁸

Outra diferença encontra-se no que define o exercício da função de fiscal da ordem jurídica do Ministério Público. Enquanto este atua na proteção de direitos indisponíveis, ao o *Amicus Curiae* intervém quando se trata de demandas que envolvam conhecimentos técnico-jurídicos específicos ou de alta relevância política.⁴⁹

Finalmente, o amigo da corte não atua como fiscal da qualidade da decisão em consonância com a norma que se está tentando proteger, e sim como auxiliado o órgão julgador, provendo informações relevantes.⁵⁰

Distinguir o Ministério Público do *Amicus Curiae* somente pela diferença entre a obrigatoriedade ignora casos em que a lei expressamente determina que uma instituição atue como o amigo da corte, como nos casos do art. 31 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que determina a atuação da Comissão de Valores Mobiliários em todo processo judiciário

⁴⁵ Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴⁶ Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴⁷ Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴⁸ Idem. Ibidem. p. 436-438.

⁴⁹ Idem. Ibidem. p. 430-435.

⁵⁰ Idem. Ibidem. p. 430-435.

que tenha por objeto matéria incluída na competência da Comissão; ou o art. 118 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011⁵¹, que autoriza o Conselho Administrativo de Defesa Econômico a atuar em todo processo que discuta a aplicação da lei⁵².

Não obstante essa dicotomia, não há como negar que, em casos em que a lei obriga autarquias específicas a atuar como *Amicus Curiae* em processos particulares há semelhança entre esta função exercida e a obrigação do fiscal da ordem jurídica.⁵³ A mudança de nomenclatura não é por mera formalidade legislativa, tampouco existe para avolumar o extenso léxico jurídico brasileiro. Essa diferença está presente para que seja distinta a qualidade, o momento da intervenção e sua expectativa que cada um deles gera.⁵⁴

O *Amicus Curiae* não vai, nem sequer deve substituir o perito ou o Ministério Público, a distinção é que o amigo da corte tem condições de levar ao magistrado (de forma voluntária ou quando intimado) informações que são relevantes para a sociedade civil ou o próprio Estado, viabilizando com sua iniciativa, o proferimento de uma decisão que melhor equacione os interesses conflitantes. São, por assim dizer, entes que têm condições, justamente por causa do seu grau de representatividade, de canalizar adequadamente aqueles valores e levá-los para apreciação do magistrado.⁵⁵

Nas palavras do ilustre Milton Luiz Pereira:

A participação do *amicus curiae* é demonstração inequívoca de que os fatos reais forcejam o surgimento das leis e abrem espaço para construções temáticas, necessárias para o processamento de casos concretos. (PEREIRA, 2002)⁵⁶

E Cassio Scarpinella Bueno:

⁵¹ Na antiga lei Antitruiste, Lei 8.884/94, versava sobre o *Amicus Curiae* da mesma forma em seu art. 89.

⁵² Idem. Ibidem. p. 430-435.

⁵³ Idem. Ibidem. p. 430-435.

⁵⁴ Idem. Ibidem. p. 430-435.

⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 430-435.

⁵⁶ PEREIRA, Milton Luiz. **Amicus curiae . intervenção de terceiros. Revista síntese de Direito Civil e Processual Civil.** CEJ- Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Brasília, n. 18, p. 83-86, jul./set. 2002. Disponível em : < <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/493/674>>

É como se tais pessoas ou situações ganhassem, com a efetiva participação de tais *terceiros*, uma voz no processo atual e pendente, uma voz que permitirá uma mais adequada, porque mais discutida, mais pensada, mais valorada, interpretação das normas jurídicas diante das diversas situações e pessoas que ela quer disciplinar. (BUENO,2014).⁵⁷

Como já fora dito anteriormente, a figura do *Amicus Curiae* encontrava pulverizada dentro da legislação brasileira, passemos agora a observar de forma breve algumas das leis que incorporaram o amigo da corte, ainda que, não fora usado este vocábulo específico.

Começando então pelo mais antigo, no art. 31 da Lei n. 6.385/1976, admite que a Comissão de Valores Mobiliário intervenha em processos relativos ao mercado de capitais.⁵⁸

O Artigo lê o Seguinte:

Art. 31 - Nos processos judiciais que tenham por objetivo matéria incluída na competência da Comissão de Valores Mobiliários, será esta sempre intimada para, querendo, oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, no prazo de quinze dias a contar da intimação

§ 1º - A intimação far-se-á, logo após a contestação, por mandado ou por carta com aviso de recebimento, conforme a Comissão tenha, ou não, sede ou representação na comarca em que tenha sido proposta a ação

§ 2º - Se a Comissão oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, será intimada de todos os atos processuais subsequentes, pelo jornal oficial que publica expedientes forense ou por carta com aviso de recebimento, nos termos do parágrafo anterior

3º - A comissão é atribuída legitimidade para interpor recursos, quando as partes não o fizeram

§ 4º - O prazo para os efeitos do parágrafo anterior começará a correr, independentemente de nova intimação, no dia imediato aquele em que findar o das partes.⁵⁹

⁵⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54.

⁵⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54.

⁵⁹ BRASIL, LEI Nº 6.385, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976. **Mercado de Valores e Criação da Comissão de Valores Mobiliários**. Brasília, DF dez 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385.htm> Acesso em Maio de 2018.

O que se pode perceber pela simples leitura do *caput* desta norma é o intuito do legislador em proporcionar a Comissão a possibilidade de adentrar um processo quando for necessário esclarecer questões sobre o mercado de capitais.⁶⁰

Percebe-se que quando atuando como *Amicus Curiae* a Comissão de Valores Mobiliários, o faz devido às especificidades de sua parte do direito brasileiro, uma questão jurídica determinada, com a finalidade de auxiliar o juiz a proferir sua decisão levando em consideração as peculiaridades do mercado de capitais.⁶¹

Observando a situação exposta na lei, é possível perceber que a intervenção da Comissão tem um cerne de neutralidade subjetiva, provendo apenas informações técnicas que visam proteger os interesses institucionais do próprio mercado de valores mobiliários.⁶²

De forma similar o Instituto Nacional de Propriedade Industrial é regulado a intervir em processos em que em processos em que a nulidade de uma patente, o registro de um desenho industrial ou uma marca sejam questionados. Neste sentido o INPI não se encontraria no papel de parte, sendo seu propósito tutelar os valores protegidos pelo próprio Instituto.

Observam-se então os artigos 57, 118 e 175 da Lei n. 9.279/1996:⁶³

Art. 57. A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da Justiça Federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.

§ 1º O prazo para resposta do réu titular da patente será de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros.

Art. 118. Aplicam-se à ação de nulidade de registro de desenho industrial, no que couber, as disposições dos arts. 56 e 57.

⁶⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54.

⁶¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54.

⁶² Idem. Ibidem. p. 23-54.

⁶³ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.p. 291-306

Art. 175. A ação de nulidade do registro será ajuizada no foro da justiça federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.⁶⁴

Assim como disposto sobre a atuação da Comissão de Valores Mobiliários, O INPI tem um interesse institucional, um propósito de proteger seus mais essenciais preceitos e levar consigo uma voz que tem conhecimento técnico específico. Em nenhum dos casos que foram exemplificados até o momento, não existe uma demonstração de interesse material quanto à lide em que o Instituto ou a Comissão atuará como *Amicus Curiae* (situações essas expostas pelos artigos citados anteriormente).

Ainda dentro deste preceito em que uma autarquia atue como esclarecedor de questionamentos de fato e de direito que podem nascer em alguns litígios, e que durante esta atuação não apresentem qualquer interesse direto ou indireto para com as partes existem outros três exemplos que podem ser citados.

A possibilidade de intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica em todo e qualquer processo relativo à prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica.⁶⁵

O art. 118 da Lei nº 12.529 de 2011 dita o seguinte:

Art. 118. Nos processos judiciais em que se discuta a aplicação desta Lei, o Cade deverá ser intimado para, querendo, intervir no feito na qualidade de assistente.⁶⁶

O artigo 5º da Lei nº 9.469 de 1997 que dispõe sobre a atuação da União na forma de *Amicus Curiae*:

Art. 5º A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de

⁶⁴ BRASIL, LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. **Regula Direitos e Obrigações relativos à propriedade Industrial**. Brasília, DF mai 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19279.htm > Acesso em Maio de 2018.

⁶⁵ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54

⁶⁶ BRASIL, LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011. **Estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência**. Brasília, DF nov 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm> Acesso em Maio de 2018

natureza econômica, intervir, **independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais** reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.⁶⁷ (grifo nosso)

Percebe-se que este caso também se trata da utilização do *Amicus Curiae*, ainda que o vocábulo não esteja presente no texto da lei, pela falta de interesse jurídico. É essa transformação anômala, que diferencia a atuação que será exercida pela autarquia especializada, das outras clássicas formas de intervenção de terceiros⁶⁸.

E finalmente, dentro do escopo de interesses institucionalizados, temos a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil, que, dentro do consentimento legal, pode questionar dentro e fora do juízo sobre a aplicação do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e da Advocacia.

Art. 49. Os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB têm legitimidade para agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições ou os fins desta lei.⁶⁹

O artigo 49 da Lei 8.906/1994 deve ser destacado por voltar a proteção da prerrogativa do advogado, e não em prol do advogado. Isso significa que o interesse desta intervenção não pode estar relacionado a pessoa do advogado dentro do processo, caso contrário tratar-se-ia apenas de uma intervenção de terceiro clássica.

O autor Cassio Scarpinella Bueno faz uma ressalva de grande importância:

[...]cabe distinguir com precisão, que nada impede que a CVM, o INPI, o CADE, a OAB e as pessoas de direito público sejam *autores* ou *rés* nas mais variadas situações. Contudo, em tais casos, a sua atuação como *parte* afasta, por definição, a sua atuação como *terceiro* e, conseqüentemente, nada haverá para ser destacado com relação ao

⁶⁷ BRASIL, LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997. **Regulamente o disposto no inciso VI do art 4º da Lei Complementar de nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta...** Brasília, DF jul 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9469.htm > Acesso em Maio de 2018.

⁶⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54

⁶⁹ BRASIL, LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. Brasília, DF jul 1994. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm > Acesso em Maio de 2018.

tema proposto Definitivamente, as dificuldades anunciadas a título de *amicus curiae* não se põem naqueles casos.(BUENO, 2014).⁷⁰

No que se entende pelo controle de constitucionalidade, o *Amicus Curiae* também aparece previsto em lei. No art. 7º, § 2º da Lei 9.868/99, que disciplina as ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade, expressa que só existe possibilidade de manifestação de terceiros quando houver relevância da matéria e do terceiro que for intervir.⁷¹

Observe então o que dita a regra:

Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

[...]

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.⁷²

Não é possível encontrar uma previsão legislativa clara sobre quem pode atuar como o terceiro interessado, tampouco pode ser encontrado a palavra *Amicus Curiae*, ainda que depois de uma leitura mais profunda, as características do amigo da corte e das figuras *sui generis* descritas nos exemplos anteriores encontram uma interseção.⁷³

No caso do controle de constitucionalidade, a atuação do *Amicus Curiae* ocorre quando existe uma necessidade para uma maior representatividade dentro do processo decisório. Essa necessidade é um efeito da democracia em que o sistema judicial está introduzido. Quando a constitucionalidade de alguma norma encontra-se em dúvida é

⁷⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. Da legitimidade do IASP como *amicus curiae*. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 31

⁷¹ Idem. Ibidem. p. 23/54.

⁷² BRASIL, LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. **Dispõe sobre o processo e julgamento da ação civil direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalismo.**. Brasília, DF nov 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9868.htm> Acesso em Maio de 2018.

⁷³ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como *amicus curiae*.** Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 24/54

importante que todos os setores sociais tenham voz e o *Amicus Curiae* é uma das mais simples e eficientes formas de fazê-lo.⁷⁴

Por último, mas não menos importante, observa-se o art. 14, § 7º, da Lei n. 10.259/2001 prevê a intervenção de “terceiros” na uniformização de jurisprudência que tem lugar nos Juizados Especiais Federais.⁷⁵

A regra dita:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

[...]

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

[...] ⁷⁶

Na tentativa de harmonizar o pensamento legislativo, a mesma regra fora repetida no art. 19, § 4º, da Lei n. 12.153/2009 para os Juizados Especiais das Fazendas Públicas, no entanto, a mesma fora vetada, quando da promulgação daquela Lei, argumentando-se nas dificuldades que seriam criadas para com a celeridade processual na criação de uma figura *sui generis*.⁷⁷

Como fora expresso na mensagem de veto:

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 contrariar súmula do

⁷⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. Da legitimidade do IASP como amicus curiae. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 24/54

⁷⁵ Idem. Ibidem. p. 24-54.

⁷⁶ BRASIL, LEI Nº10.259, DE 12 DE JULHO DE 2009. **Dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais.** Brasília, DF jul 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10259.htm> Acesso em Maio de 2018.

⁷⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae.** Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 24/54

Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

[...]

§ 4º Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias.

[...]

Razões dos veto

“Ao permitir a intervenção de qualquer pessoa, ainda que não seja parte do processo, o dispositivo cria espécie *sui generis* de intervenção de terceiros, incompatível com os princípios essenciais aos Juizados Especiais, como a celeridade e a simplicidade.”⁷⁸

Como já fora exposto anteriormente, não existe consenso geral entre os doutrinadores e legisladores sobre a atuação do *Amicus Curiae*, especialmente quando se trata de um auxílio ao órgão julgador, com informações derivadas de precedentes jurídicos.⁷⁹

A tecnologia atual simplifica muito o processo de identificação de julgados e de precedentes. Isso não quer dizer que tudo esteja resolvido por existir um melhor acesso a eles, contratempo está não na identificação do precedente. É a *aplicação* e na *interpretação* destes que o *Amicus Curiae* faz sua presença importante. Ficando ao amigo da corte o ofício de verificar se os precedentes, e por vezes até as normas, são aplicáveis, se devem ser mantidos ou não.⁸⁰

E é nesta função, a de *aplicação* e de *interpretação* que prospera o *Amicus Curiae*, especialmente frente a importância deste trabalho ser feito por alguém que não necessariamente sejam as *partes* ou, que o próprio magistrado.⁸¹

⁷⁸ BRASIL, MENSAGEM Nº 1.079, DE 12 DE JULHO DE 2009. **Mensagem de veto**. Brasília, DF jul 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Msg/VEP-1079-09.htm > Acesso em Maio de 2018.

⁷⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 24/54

⁸⁰ Idem. Ibidem. p. 24-54.

⁸¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 24/54

A adoção do *Amicus Curiae* pelo Direito Brasileiro fica bastante clara uma vez que observamos alguns exemplos. Ainda que uma figura presente, não existiu nenhuma concordância entre doutrina e legisladores sobre a atuação e os contornos do Amigo da Corte.

O simples não uso da nomenclatura é um dos sinais de que havia muito a ser percorrido dentro do sistema brasileiro quanto a atuação deste ilustre terceiro.

Desde 1976 até o ano de 2015 o *Amicus Curiae* apareceu no sistema jurídico pátrio sem uma positivação real e efetiva, mas com advento do Código de 2015, e o revolucionário artigo 138, a figura ganhou um maior destaque e a importância dos precedentes jurídicos vinculantes ficou ainda mais claro.

Quais foram as grandes mudanças para o *Amicus Curiae* com o novo Código de Processo Civil? E o que isso significa para o Direito Brasileiro? Essas são as perguntas que o próximo item visa responder.

Capítulo 3: A (R)Evolução do Amicus Curiae com a Lei 13.105 de 2015

Antes da promulgação do Código de Processo Civil de 2015, este importante assunto era regido por uma codificação datada de 1973. O diploma cumpriu sua função organizadora de forma plena e justa, não existira maneira viável de acomodá-lo no sistema jurídico atual. Foram feitas reformas e emendas no texto de 1973, na tentativa de ajustá-lo a contemporaneidade legal, o que causou uma desarmonia entre o cerne do código e as novas adições a ele feita.

No ano de 2009, por conseguinte, deu-se o início dos trabalhos de uma Comissão de Juristas que fora formada no Senado Federal afim de elaborar o texto legislativo do Anteprojeto de um novo Código de Processo Civil. Em 2010, o projeto fora aprovado no Senado, seguindo então para a Câmara dos Deputados.⁸²

Quando na Câmara, o projeto sofreu sensíveis mudanças e em 2014 voltou para o Senado, sendo assim aprovada pelo Senado e pela Câmara em 16 de Dezembro de 2014, oportunidade em que foram votados 16 destaques, sendo apenas dois rejeitados: o cabimento de agravo de instrumento em face de decisão que redistribui o ônus da prova e o cabimento de agravo de instrumento em face de decisão que indefere a prova pericial.⁸³

Em 24 de fevereiro de 2015, o texto foi remetido para a sanção presidencial e finalmente, em 16 de março de 2015, sancionada pela presidente. Publicado no dia seguinte, 17 de março de 2015, como a Lei nº 13.105/2015, o novo diploma, após o lapso de 1(um) ano de *vacatio legis*, entrou em vigor já com alterações em sua redação original, estabelecidas pela Lei nº 13.256/2016.⁸⁴

O novo Código de Processo Civil se estabelece em uma base que busca a sintonia com a Constituição, criando condições para que as decisões dos juízes sejam mais coerentes à realidade fática da realidade da causa, simplificando e efetivando o processo em uma forma mais organizada e sistemática, como fica clara na exposição de motivos.⁸⁵

⁸² SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O Amicus Curiae no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas.** Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. Nº5 2016. Pag.345-353, nov 2016.

⁸³ Ibidem. p. 345-353.

⁸⁴ Idem. Ibidem. p. 345-353.

⁸⁵ Idem. Ibidem. p. 345-353.

O Código de 2015 representa a disseminação do conteúdo material e formal das normas constitucionais para dentro do nosso direito processual, enfatizando assim, a relevância da interpretação constitucional e a importância jurisprudencial que vem adentrando os alicerces do Direito brasileiro.⁸⁶

O novo diploma processual trás consigo previsões que antes constavam em leis esparsas, como fora visto anteriormente. O que demonstra uma extensão coerente com diversos objetivos já colocados pela nossa legislação, uma sistematização de um pensamento consolidado.

Sabe-se que dentro do direito estrangeiro, o *Amicus Curiae* mostra toda sua importância quando a repercussão de uma decisão judicial pode afetar outros casos, e por essa importante característica ela se torna vinculante, seja de forma direta ou indiretamente. Dentro daquilo que fora proposto pelo novo Código de Processo Civil pode-se claramente aceitar que a uniformização da jurisprudência é um objetivo a ser atingido por diversas técnicas.⁸⁷

Observe então, que o artigo 927 do novo diploma dispõe:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

⁸⁶ Idem. Ibidem. p. 345-353.

⁸⁷ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil*. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

§ 1º Os juízes e os tribunais observarão o disposto no art. 10 e no art. 489, § 1º, quando decidirem com fundamento neste artigo.

§ 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

§ 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica.

§ 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.

§ 5º Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.⁸⁸

Observe que está expressa no texto legal a importância do precedente, que decisões que geram repercussão social devem ter uma relevância ímpar. A colocação deste artigo permite que a solução dos litígios tenham maior rendimento possível dentro do que é disponível ao órgão julgador.⁸⁹

O *Amicus Curiae*, dentro desta importante perspectiva é compreendido ainda mais como um excelente instrumento para a participação democrática dentro dos processos em que for atuante. Uma figura capaz de pluralizar o debate tanto constitucional quanto civil, trazendo os elementos possíveis e necessários à solução de uma controvérsia. Uma solução que estaria alinhada não só ao que é disposto pela legislação, como também ao que se vive na sociedade que esta decisão se insere.⁹⁰

Dentro do direito brasileiro o *Amicus Curiae* tem tudo para desempenhar um papel extraordinário no direito brasileiro, atuando de forma análoga, mas também complementar à

⁸⁸BRASIL, LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em Maio de 2018.

⁸⁹SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O Amicus Curiae no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas**. Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. Nº5 2016. Pag.345-353, nov 2016

⁹⁰Idem. Ibidem. p. 345-353.

função exercida tradicionalmente pelo Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, uma vez que uma das características mais marcantes da sociedade e do Estado atuais é o *pluralismo*, então o claro movimento feito pelo legislador com o novo Código de Processo Civil para o plano desse pluralismo foi uma providência visivelmente estável, qualquer tomada de decisão diferente poderia ter gerado uma desarmonia entre o que existe dentro do tribunal e fora dele.⁹¹

Assim, vemos que a previsão do *amicus curiae* dentro do novo código vem como verdadeira regra de equilíbrio mais que justificável e incrivelmente oportuno para uma lei que está sendo um verdadeiro marco de transição para uma nova forma de pensar o direito.⁹²

Dentro do contexto legislativo em que fora codificado, o *amicus curiae* deve ser visto como um terceiro interessado que atua, por iniciativa própria ou por determinação judicial, em um processo pendente a fim de enriquecer o corrente debate judicial sobre as inúmeras questões jurídica em que os valores presentes na sociedade e no próprio Estado serão afetados pelo que vier a ser decidido, legitimando e pluralizando, com a sua iniciativa, as decisões tomadas pelo Poder Judiciário.⁹³

Dentro do novo Código de Processo Civil positivou de forma definitiva a intervenção do *Amicus Curiae*, localizando sua norma na Parte Geral, no Livro III, “Dos Sujeitos do Processo” no Título III “Da Intervenção de Terceiros”, em um capítulo próprio. Desta forma, com esta específica localização dentro da lei, encerra um debate doutrinário que existia sobre esta curiosa figura processual.

Observa-se então o que dita o artigo 138:

CAPÍTULO V

DO AMICUS CURIAE

Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou

⁹¹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil*. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

⁹² Idem. Ibidem. p. 111-121.

⁹³ Idem. Ibidem. p. 111-121.

entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*.

§ 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.⁹⁴

O que é possível inferir da interpretação da letra da lei é que o *Amicus Curiae* não se trata de modalidade de intervenção de terceiros limitada apenas à etapa de conhecimento do processo. Por estar localizado dentro da Parte Geral o amigo da corte tem alcance de sua atuação em todas as fases processuais.⁹⁵

Sobre sua atuação, é necessário notar que o *Amicus Curiae* não atua, em prol de um indivíduo ou uma pessoa específica, como faz o assistente, tampouco em prol de um direito de alguém.⁹⁶

No novo Código conservou-se a característica uma vez observada na legislação esparsa, onde o amigo da corte opera com a intenção de tutelar interesse. Este interesse, como bem afirma Cassio Scarpinella Bueno (2011) pode não ser titularizado por ninguém, embora seja compartilhado difusa ou coletivamente por um grupo de pessoas e que tende a ser afetado pelo que vier a ser decidido no processo.⁹⁷

Os pré-requisitos necessários para o exercício da função do *Amicus Curiae* dentro processo podem estar presentes desde o primeiro grau de jurisdição. Não sendo racional assumir a possibilidade de sua intervenção apenas nos Tribunais Superiores, em prol de uma prestação jurisdicional mais qualificada.⁹⁸

⁹⁴ BRASIL, LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em Maio de 2018.

⁹⁵ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O Amicus Curiae no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas**. Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. Nº5 2016. Pag.345-353, nov 2016

⁹⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil**. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

⁹⁷ Idem. Ibidem. p. 111-121.

⁹⁸ BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil**. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

A admissão do *Amicus Curiae* vincula-se não somente a relevância da matéria que será levada a corte, mas também pela avaliação quanto a importância de sua atuação, feita pelo órgão julgador. Afinal, se o *Amicus Curiae* não a possuir, não há razão nenhuma para ele atuar no processo.

Lembrar-se-á a atuação do amigo da corte deve contribuir diretamente para a legitimidade de uma decisão judicial a ser proferida, proporcionar ao juiz condições de proferir decisão mais próxima às reais necessidades das partes e mais rente à realidade do país.⁹⁹

Por esta razão, o *Amicus Curiae* dever ser observado como um valioso instrumento processual, cooperando com o fornecimento de informações para essas decisões, ampliando assim espaço democrático no Poder Judiciário.¹⁰⁰

Sua relevância se destaca na medida em que o processo vem apresentando-se mais amplo, não mais restrito à letra da lei, mas sim ao ordenamento jurídico, que envolve muitas vezes normas ditas abertas, com conceitos vagos ou indeterminados, ou mesmo sem um apoio direto em uma norma, mas com a base em princípios, doutrina ou jurisprudência.¹⁰¹

Dentro deste entendimento, o *Amicus Curiae* está fadado a representar um interesse e assim representá-lo adequadamente, tendo reconhecida representatividade perante aqueles que não têm legitimidade para atuar e que são, por isso mesmo, representados.¹⁰²

Cassio Scarpinella Bueno ressalva algo sobre a representatividade do *Amicus Curiae* que merece destaque:

Ter representatividade adequada não significa que o *amicus curiae* precise levar ao processo a manifestação *unânime* daqueles que representa. A *legitimação democrática* que justifica a sua intervenção não é – e nem pode ser nas democracias representativas – sinônimo de *unanimidade*. (BUENO, 2011)¹⁰³

⁹⁹ Idem. Ibidem. p. 111-121.

¹⁰⁰ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O *Amicus Curiae* no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas.** Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. Nº5 2016. Pag.345-353, nov 2016

¹⁰¹ BUENO, Cassio Scarpinella. ***Amicus Curiae* no Projeto de Novo Código de Processo Civil.** Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

¹⁰² Idem. Ibidem. p. 111-121.

¹⁰³ BUENO, Cassio Scarpinella. ***Amicus Curiae* no Projeto de Novo Código de Processo Civil.** Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

Neste sentido, fica bastante claro que o debate jurídico deve ser sobre pontos de vista diversos, sobre valorações diversas em busca de um consenso majoritário, o que não significa buscar a utópica unanimidade.¹⁰⁴

Percebe-se então que é preciso sempre ser apurado o interesse de um determinado grupo ou coletividade na solução do conflito ou, em se tratando de demandas individuais, se podem ser muito relevante para a sociedade, especialmente se discussões semelhantes se repetirem no Judiciário.¹⁰⁵

A intenção do legislador quando permite ao *amicus curiae* que intervenha no processo é para que ele apenas introduza novos fatos, que exponha o seu ponto de vista sobre a questão debatida, destacando os importantes elementos jurídicos e sociais que, não fosse pela sua intervenção, muito provavelmente não seriam levados em conta quando do momento da decisão.¹⁰⁶

O Amicus curiae pode tomar iniciativa e requerer sua entrada no processo em que sua presença for relevante, ou ser intimado para manifestar-se dentro da discussão. Algo precisa ser firmemente frisado sobre o ingresso do amigo da corte, este passo não pode tumultuar o processo de forma negativa, e é dever do juiz moldar e limitar a forma de atuação do *Amicus Curiae* dentro do que aquele tribunal precisar.¹⁰⁷

Importante novidade introduzida por este novo diploma foi a possibilidade de pessoas físicas atuarem como *Amicus Curiae*, além das pessoas jurídicas. O que amplia as possibilidades de intervenção destes terceiros, dando a chance de maiores representatividade. É necessário perceber que esta decisão é consequência de conquistas doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema dentro do âmbito do direito processual coletivo.¹⁰⁸

Ao admitir a pessoa física para atuar na qualidade de *Amicus Curiae*, merece aclamação. É uma clara atitude que encontra eco em diversas audiências públicas que o

¹⁰⁴ Idem. Ibidem. p. 111-121.

¹⁰⁵ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O Amicus Curiae no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas**. Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. N°5 2016. Pag.345-353, nov 2016

¹⁰⁶ Idem. Ibidem. p. 345-353.

¹⁰⁷ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O Amicus Curiae no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas**. Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. N°5 2016. Pag.345-353, nov 2016

¹⁰⁸ Idem. Ibidem. p. 345-353.

Supremo Tribunal Federal vem realizando em sede de controle concentrado de constitucionalidade.¹⁰⁹

A perspectiva aqui é o conhecimento sobre a matéria que o interveniente tem tão excepcional que sua contribuição efetivamente aprimora a real qualidade da decisão a ser proferida. O *Amicus Curiae* é o vetor de um ponto ainda não levado ao debate por qualquer uma das partes, ou mesmo por outro integrante já admitido dentro do processo, a fim de validar ainda mais sua utilidade e participação.¹¹⁰

Deve ficar claro que o amigo da corte não dispõe, nem pode dispor dos poderes inerentes às partes, no entanto, uma vez autorizado pelo juízo, pode fazer sustentações orais, propor a requisição de informações adicionais, designação de peritos, convocar audiências públicas, bem como de recorrer da decisão que haja denegado seu pedido de admissão no processo. Também é importante deixar claro que o único recurso que está a disposição do *Amicus Curiae* é quanto a sua admissão.¹¹¹

A intervenção deste curioso terceiro não acarreta alteração de competência, isso merece importante destaque porque ela especifica que eventuais entes federais que intervenham no processo para fornecer informações, dados, elementos, em suma, elementos de convicção, mas que não titularizarem direito no processo, e sim apenas interesse institucional, não são bastante para existir um deslocamento da competência para a Justiça Federal.¹¹²

Entende-se então que, no novo Código de Processo Civil, o *Amicus Curiae* se enquadra em uma modalidade interventiva, cuja finalidade definida é permitir que terceiro intervenha no processo para a defesa de interesses não jurídicos que tendem a serem atingidos pela decisão.¹¹³

¹⁰⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil*. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

¹¹⁰ Idem. Ibidem. p. 111-121.

¹¹¹ Idem. Ibidem. p. 111-121.

¹¹² BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil*. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011

¹¹³ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. *O amicus curiae no (novo) processo civil brasileiro*. Revista Direito & Diversidade. Rio de Janeiro: FACHA, v. 1, 2012, p. 6-14. Disponível em http://www.facha.edu.br/pdf/revista-direito-1/direito1_ARTIGO1.pdf.

O *Amicus Curiae* tem a chance de intervir em qualquer processo não importa a fase, desde sua participação seja relevante, seja em decorrência de requerimento próprio, das partes ou por solicitação do juiz ou do relator.¹¹⁴

É uma prova que este tema tem a capacidade de ampliar, em todas as instâncias do Poder Judiciário, a legitimidade dos debates.

A decisão de incluir o instituto do *Amicus Curiae* como parte da intervenção de terceiros é um ato marcante na democracia deliberativa, criando assim oportunidades legais para manifestações de opiniões de grupos sociais interessados em questões que extrapolam o âmbito jurídico.¹¹⁵

Ainda que a natureza jurídica deste misterioso terceiro ainda seja alvo de discussão doutrinária agora e no futuro, uma decisão fora tomada ao inseri-lo junto às outras intervenções de terceiros, e isso implica em uma alavanca à participação democrática dentro do sistema jurídico, consagrando o processo como um cenário em que as garantias constitucionais têm valor e são observadas sempre.¹¹⁶

¹¹⁴ Idem. Ibidem. p. 6-14.

¹¹⁵ Idem. Ibidem. p. 6-14.

¹¹⁶ SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O amicus curiae no (novo) processo civil brasileiro.** *Revista Direito & Diversidade*. Rio de Janeiro: FACHA, v. 1, 2012, p. 6-14. Disponível em http://www.facha.edu.br/pdf/revista-direito-1/direito1_ARTIGO1.pdf.

Conclusão:

Como fora exposto neste estudo, não existe um claro consenso entre os doutrinadores quanto a origem do *Amicus Curiae*, alguns acreditam que o nascimento do amigo da corte tenha sido no Direito Romano. Outras linhas de pensamento aceitam que existiu uma inspiração romana, mas que o nascimento real desta figura foi no Direito Inglês. Seja como for, o *Amicus Curiae* teve um vasto desempenho dentro da doutrina norte-americana, na qual a cultura jurídica teve um aperfeiçoamento significativo com o acolhimento desta figura.

No âmbito nacional, a legislação brasileira também aderiu à prática do *Amicus Curiae*. Dentre as diversas leis que se utilizam de sua atuação para proferir uma sentença mais estável e harmônica com a sociedade, deve ser destacado seu expresso uso em Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Quando a jurisprudência e os doutrinadores começaram a identificar o terceiro exposto no do art. 7º da Lei 9.868/99, em seu parágrafo segundo como o *Amicus Curiae* foi um decisivo momento para a sistematização que viria ocorrer anos depois, com o Novo Código de Processo Civil.

A atuação do amigo da corte não se esgotava nos casos constitucionais. Em todo o judiciário encontrava-se a narrativa de um terceiro que adentrava no processo, não para satisfazer seus direitos, ou mesmo auxiliar na proteção do direito das partes. Era um terceiro preocupado com algo maior, algo que extrapolava os limites da corte, onde a repercussão de uma decisão era mais importante. Este terceiro que estava agindo em tutela de um interesse legítimo era, e sempre fora o *Amicus Curiae*, ainda que estivesse mascarado por outros nomes.

Por estar atuando em salvaguarda de um interesse, e não um direito material específico, o *Amicus Curiae* precisa ter uma representatividade adequada destes interesses que existem em sociedade e que serão afetados por uma decisão processual. Esta adequabilidade deve ser verificada pelo órgão julgador, já que dentro das diretrizes traçadas pelas lei vigente é o juízo que deve limitar a atuação do *Amicus Curiae*.

O *Amicus Curiae* atua de maneira completamente distinta das outras modalidades de terceiros que eram encontradas e aceitas pela legislação processual. O amigo da corte tem

uma razão de ser altruísta, que esta tutelando um interesse e não receberá ganho pessoal com a decisão alcançada, e somente isso é suficiente para separá-lo das outras modalidades de intervenção de terceiros.

Dentro desta intrincada forma de existir que *Amicus Curiae* pode ser visto como um fiscal do ordenamento jurídico. O doutrinador Cassio Scarpinella Bueno consegue resumir este entendimento de forma admirável:

É como se dissesse que o *amicus curiae* faz as vezes de um “fiscal da lei” — e não *do* fiscal da lei que o direito brasileiro conhece, que é o Ministério Público — em uma sociedade incrivelmente complexa em todos os sentidos; como se ele fosse o *portador* dos diversos interesses existentes na sociedade civil e no próprio Estado, colidentes ou não entre si, e que, de alguma forma, tendem a ser atingidos, mesmo que em graus variáveis, pelas decisões jurisdicionais.(BUENO, 2008)

O sistema jurídico como um todo é aberto a evolução e modificação. Seus institutos se moldam com o incessante movimentos das culturas, da economia e da história de uma sociedade. O que estamos presenciando é uma evidente demonstração sobre a adaptação de leis e interpretações legais frente a constante mudança da sociedade civil. O direito brasileiro, esta provando que vai além das amarras dogmáticas, admitindo assim que embora existam conhecimentos que escapam ao juízo ou aos atores dentro de um processo, os portadores desse conhecimento são bem vindos e mais do que isso, são aliados vantajosos a fim de se chegar a uma decisão que caiba no momento social que se vive.

Com a admissão do *Amicus Curiae* dentro do direito processual de forma expressa diversas pessoas, grupos sociais e minorias ganharam uma voz no processo atual a partir da chance de uma efetiva participação de terceiros.

Uma voz que permitirá uma mais adequada, porque será mais debatida, mais valorada, mais bem construída, interpretação das normas jurídicas diante das diversas situações e pessoas que ela quer disciplinar. A intervenção do *Amicus Curiae* representa então a viabilização de um robusto mecanismo de pressão política e social através do processo jurídico. Tendo a capacidade de encaminhar as discussões que existem entre grupos sociais, e entre a sociedade e o próprio Estado.

O *Amicus Curiae* permite um indispensável e constante diálogo entre a sociedade, o Estado e o Poder Judiciário. Com a atuação deste terceiro especial, o juiz tem que ouvir a sociedade e os outros setores do Estado para tomar uma decisão congruente ao sistema jurídico como um todo, especialmente por sua predisposição a fixar precedentes.

O que este estudo buscou foi demonstrar como o Direito vem se transformando em uma ferramenta social, dando voz a grupos sociais, pessoas e específicas partes da sociedade que são afetadas por decisões de processos individuais. É o exemplo perfeito de uma adaptação darwiniana dentro do Direito. Uma figura típica do sistema do *Common Law* introduzida no sistema brasileiro, que cresceu e se desenvolveu dentro da nossa legislação, fazendo os movimentos necessários para adequar-se a nossa realidade.

Este ajuste fora tão bem feito que a própria legislação, que não se comprometia usando-se de todos os sinônimos possíveis para evitar chamar o amigo da corte pelo seu nome, sistematizou o *Amicus Curiae* dentro do Código de Processo Civil. O que apenas solidifica o entendimento que a sociedade e o Direito não só apenas apoia um do outro, mas são matérias primas de desenvolvimento. A sociedade inspirando-se no Direito, e o Direito evoluindo perante a sociedade.

Referências Bibliográficas.

BRASIL, LEI N° 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil.** Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 6.385, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976. **Mercado de Valores e Criação da Comissão de Valores Mobiliários.** Brasília, DF dez 1976. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. **Regula Direitos e Obrigações relativos à propriedade Industrial.** Brasília, DF mai 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19279.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011. **Estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência.** Brasília, DF nov 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm > Acesso em Maio de 2018

BRASIL, LEI N° 9.469 , DE 10 DE JULHO DE 1997. **Regulamente o disposto no inciso VI do art 4° da Lei Complementar de n° 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta...** Brasília, DF jul 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9469.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.** Brasília, DF jul 1994. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. **Dispõe sobre o processo e julgamento da ação civil direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalismo..** Brasília, DF nov 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9868.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2009. **Dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais.** Brasília, DF jul 2009. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10259.htm> Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em Maio de 2018.

BRASIL, LEI N° 8.708, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, DF mar 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8078.htm >

BRASIL, MENSAGEM N° 1.079, DE 12 DE JULHO DE 2009. **Mensagem de veto**. Brasília, DF jul 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Msg/VEP-1079-09.htm > Acesso em Maio de 2018.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Projeto de Novo Código de Processo Civil*. Revista de informação legislativa, v. 48, n. 190 t.1, p. 111-121, abr./jun. 2011.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: Um terceiro enigmático**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus Curiae: Uma Homenagem a Athos Gusmão Carneiro**. Texto não publicado, disponível em: < <http://scarpinellabueno.com/cat-para-ler/43-5-amicus-curiae-uma-homenagem-a-athos-gusmao-carneiro.html> >

BUENO, Cassio Scarpinella. **Da legitimidade do IASP como amicus curiae**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo ano 17, n. 34. São Paulo: Editora IASP, julho/dezembro de 2014, p. 23/54.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei nº 13.256, de 4-2-2016**. 2ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016

BUENO, Cassio Scarpinella. **Quatro perguntas e quatro respostas sobre o amicus curiae**. Revista da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, v. 2, n. 5, p. 132-138, abr. 2008.

CABRAL, Antonio do Passo. **Pelas asas de Hermes: a intervenção do amicus curiae, um terceiro especial**. Revista Direito Administrativo, Rio de Janeiro V. 234, pag 111- 141. Out./Dez. 2003. Referenciando MACIEL. Adhemar Ferreira. "*Amicus curiae*: um instituto democrático", in *Revista de Processo*, vol. 06, p.281.

CRISCUOLI, Giovanni. "**Amicus Curiae**". Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano anoXXVII, n.1. Milano: Griuffré, 1973.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento I**. 17. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Possibilidade de Sustentação Oral do Amicus Curiae**. Revista Dialética de Direito Processual 8. 2003.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sergio Cruz, MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sergio Cruz, MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil - Volume 2**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Manual de direito processual civil moderno**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NUNES, Jorge Amaury Maia. **A participação do amicus curiae no procedimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF**. *Direito Público*, São Paulo, v. 5, n. 20, mar./abr. 2008.

PEREIRA, Milton Luiz. **Amicus curiae . intervenção de terceiros**. Revista síntese de Direito Civil e Processual Civil. CEJ- Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Brasília, n. 18, p. 83-86, jul./set. 2002. Disponível em : <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/493/674>>

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O Amicus Curiae no Código de Processo Civil de 2015: Breves Notas**. Revista Culturas Jurídicas, Vol.3. Nº5 2016. Pag.345-353, nov 2016

SILVA, Larissa Clare Pochmann da. **O amicus curiae no (novo) processo civil brasileiro.** Revista Direito & Diversidade. Rio de Janeiro: FACHA, v. 1, 2012, p. 6-14. Disponível em <http://www.facha.edu.br/pdf/revista-direito-1/direito1_ARTIGO1.pdf>

SILVESTRI, Elisabetta. **L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati.** Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano, anno LI, n. 1, p. 679-698, mar. 1997.

SORENSEN, Nancy Bage. **"The ethical implications of amicus briefs: a proposal for reforming Rule 11 of the texas rules of appellate procedure"** *St Mary's Law Journal* V.30, 1999, p. 1219 – 1277 (30 St Mary's L.J. 1219)

TALAMINI, Eduardo. *Cooperação no Novo CPC (primeira parte): os deveres do juiz.* Disponível em: < <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI226236,41046-Cooperacao+no+novo+CPC+primeira+parte+os+deveres+do+juiz>> . Acesso em Maio de 2018

TARTUCE, Fernanda – **Resumão Jurídico** – Novo CPC. 1 ed. 4ª Tiragem. São Paulo: Barros Fischer e Associados, Novembro de 2015.